

25 DE JULHO - DIA NACIONAL DE TEREZA DE BENGUELA E DA MULHER NEGRA

O dia 25 de julho, no Brasil, é estabelecido como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data, marcada em 2014, com a Lei nº 12.987/2014, celebra as lutas das mulheres negras e promove a reflexão sobre as condições de vida dessa população.

Tereza de Benguela assumiu a liderança do Quilombo do Piolho, localizado no atual Estado de Mato Grosso, após assassinato do seu esposo no século XVIII. A líder promoveu uma série de inovações democráticas e o fortalecimento da comunidade. Após décadas de resistência, as forças coloniais destruíram o quilombo em 1770.

As mulheres negras representam atualmente quase 28% da população brasileira, segunda PNAD Contínua de 2019. A mentalidade colonialista de objetificação dos corpos das mulheres negras ainda permanece no imaginário coletivo, relegando este grupo populacional a uma série de vulnerabilidades, como o desemprego, a informalidade e a pobreza.

Este contexto das desigualdades vem sendo estudado pelo feminismo negro há algumas décadas, tendo referência no Brasil os estudos da pesquisadora Lélia Gonzales. O conceito de interseccionalidade desenvolvido por intelectuais estadunidenses nos últimos anos aponta para o acúmulo sistemático de vulnerabilidades que afetam as mulheres negras, como os fatores de gênero, raça e classe.

O crescimento desordenado das cidades e a especulação imobiliária "empurraram" a população negra para os terrenos mais distantes sem regularização fundiária, saneamento básico, escolas, equipamentos esportivos ou culturais.

Dados da PNAD Contínua realizada pelo IBGE em 2018 apontam que as mulheres negras recebiam em média 44% do salário de um homem branco com a mesma escolaridade. Na pirâmide da desigualdade, as mulheres negras ocupam o último lugar, atrás dos homens negros, das mulheres brancas e dos homens brancos. Além disso, pesquisas da Fundação SEADE de 2019 revelam que 36% das mulheres negras no Estado de São Paulo estão na categoria de subutilização da força de trabalho.

Apesar de serem mais escolarizadas que os homens negros, as mulheres negras são a maioria entre os chefes de família e acabam sendo muitas vezes sobrecarregadas no cuidados com os filhos e a realização de tarefas domésticas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 69% dos lares chefiados por mulheres negras em 2009 tinham uma renda de até 1 salário mínimo.

No acesso a serviços de saúde, as mulheres negras também são afetadas pelo racismo institucional. Dados do IPEA inferem que o percentual de mulheres brancas de 40 anos ou mais que, em 2008, havia realizado exame clínico de mamas, no período inferior a um

ano, foi de 45,1%, e, para aquelas que realizaram mamografia, foi de 40,2%. Já para as mulheres negras na mesma faixa etária, este percentual foi de 33,1% e 28,7%, respectivamente.

O Mapa da Violência 2020 indicou que uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil em 2018, somando 4.519 vítimas. Entre elas, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes entre as mulheres negras (5,2) era quase o dobro das mulheres brancas (2,8) no referido ano. Em alguns Estados brasileiros, a diferença fica ainda mais explícita (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), onde as taxas de homicídios de mulheres negras foram quase quatro vezes maiores do que aquelas de mulheres brancas. No Estado de Alagoas, os homicídios foram quase sete vezes maiores entre as mulheres negras do que entre as mulheres brancas.

A data deve promover a reflexão na sociedade paulista a respeito da necessidade de aprofundamento das políticas públicas voltadas às mulheres negras para a diminuição das desigualdades e promoção dos seus direitos de cidadania.

Rosângela de Paula

Coordenadora para Política para a População Negra e Indígena